

Esclarecimento e Modernidade: Uma leitura a partir da crítica de Adorno e Horkheimer

Evandro Pontel¹

A reflexão tem por objeto compreender o emergir do esclarecimento e da modernidade e a crítica de Adorno e Horkheimer a estes eventos bem como ao protótipo de racionalidade instrumental que passa a vigorar na sociedade. Inicialmente será abordado brevemente o processo em que emerge a modernidade. Em seguida será analisado o esclarecimento enquanto possibilidade de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores (Adorno e Horkheimer). Na obra ‘Dialética do Esclarecimento’, desenvolvem o conceito de esclarecimento, porém, não o reduzindo aos acontecimentos e às conquistas tecnológicas que se deram na modernidade. A crítica à modernidade consiste em analisar o conceito de esclarecimento e de racionalidade instrumentalizada que passa a vigorar, na perspectiva de apontar para as consequências deste modelo de racionalidade.

1.1 A gênese da modernidade

O século XVIII marca a queda da ideia da origem divina dos reis, em decorrência dos ideais liberais que surgem em contraposição ao sistema Monárquico Absolutista que, desde o século XVI, reinava e que se firmava sob a Lei Divina. Para os filósofos deste século (iluministas), o sistema absolutista, fazia do homem um ser subjugado ao uso pleno da razão, tanto que este movimento surge com o objetivo de contestar este poder absoluto e alienante. A razão pelo exercício do pensamento teria o papel de tirar o homem da menoridade, tornando-o autônomo, assumindo a condição de centralidade perante o cosmos.

O Iluminismo surge como movimento crítico de um modelo de sociedade que estava estabelecido e que passava por profundas crises. As raízes desse movimento estão fixadas no período renascentista, entre os séculos XV e XVI, quando se desencadeiam transformações profundas nos campos literário, filosófico, artístico e científico. Esse período marca a mudança de mentalidade, pois o homem passa a tomar consciência de suas capacidades. Nessa perspectiva, passa a guiar-se em suas ações por si próprio, sem referências externas, pondo em questão os dogmas impostos desde a Idade Média que delineavam a compreensão de sociedade, de homem e a percepção da realidade.

A grande questão desse movimento cultural era evidenciar a razão humana, pois essa seria o único guia supremo capaz de orientar o ser humano. Dessa forma, seu desenvolvimento representaria a libertação da ignorância e dos abusos impostos, tanto pelos dogmas religiosos, como pelas autoridades da época. A razão passa a abrir novos caminhos e horizontes e é partir dela que surge uma nova compreensão da realidade e uma nova visão de homem. Apesar das fortes críticas aos dogmas da fé e às crenças impostas, esse movimento

¹ Mestrando em Filosofia – PUCRS, Bolsista CNPQ.

admitia a existência de Deus e a criação do mundo como obra divina, mas o que não tolerava era a fé exposta pelas religiões da época que impediam o homem de desenvolver sua inteligência e o pleno exercício da sua racionalidade².

O Iluminismo surge na sociedade europeia, fragmentada nas diversas dimensões, em resposta ao antigo sistema que entra em crise e que, por consequência, aspira por uma reorganização social, uma reestruturação da sociedade. O foco desta reestruturação parece estar centrado em superar tudo aquilo que limitasse o direito da livre personalidade individual, na defesa dos ideais liberais que despontavam no século XVIII.

O século XVIII é caracterizado como o “século das luzes”, ilustração ou “Aufklärung”, definido como Iluminismo. Nessa compreensão, “[...] trata-se de um otimismo no poder da razão de organizar o mundo humano”³. Este movimento cultural e filosófico teve seu início na Inglaterra no ano de 1680, tendo sua máxima manifestação na França, influenciando toda a Europa. Falcon define-o: “[...] Iluminismo⁴ é sinônimo de filosofia das luzes, isto é, da chamada iluminação racional”⁵.

Com a modernidade, que significou a passagem de Deus para o Homem, saindo da visão teocêntrica anterior para outra visão de mundo, antropocêntrica, centrada no sujeito, acentuou-se a *res-cogitans*, a subjetividade, dando primazia à interioridade, em detrimento da exterioridade, rompendo com a tradição, como acentua Bauman. Trata-se de

criar uma nova ordem que desafiasse a presente; quando, em outras palavras, o cuidado com a ordem significou a introdução de uma nova ordem, ainda por cima, artificial – constituindo-se, por assim dizer, um novo começo. Essa grave mudança no status da ordem coincidiu com o advento da era moderna. De fato, pode-se definir a modernidade como a época, ou o estilo de vida, em que a colocação em ordem depende do desmantelamento da ordem “tradicional”, herdada e recebida; em que “ser” significa um novo começo permanente⁶.

A modernidade emerge tendo em vista três questões centrais: a emancipação (do sujeito pensante), superação (da ordem cosmológica estabelecida) e a autonomia (sujeito capaz de se autodeterminar - racionalidade). No entanto, o objetivo é o esclarecimento e a emancipação,

² BURNS, Edward M. *História da Civilização ocidental*. Trad. Lourival Gomes Machado & Lourdes Santos Machado, Leonel Vallandro. 2. ed. Globo: Porto Alegre, 1970, p. 557.

³ ARANHA, Maria L. de Arruda, & MARTINS, Maria Helena Pires, *FILOSOFANDO: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986, p. 175.

⁴ As raízes desse movimento estão na Renascença que visava à autonomia do homem. Outro fator importante é a filosofia cartesiana, cujo fundador, Descartes, é considerado o pai da modernidade e principal expoente do racionalismo. Quanto à sua abrangência e expansão, salientamos anteriormente que esse movimento tem como berço a Inglaterra e que rapidamente se expandiu por toda a Europa, desenvolvendo-se em países como a Itália, Alemanha. Onde, porém, realmente teve maior expansão e expressão foi na França.

⁵ FALCON, J. C. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1989, p. 17.

⁶ BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar: 1998, p. 19-20.

destacando o valor da razão, enquanto sinônimo da autonomia do indivíduo. A modernidade em seu desenvolvimento epistemológico se bifurcou em duas correntes de pensamentos: o racionalismo (metafísica idealista) e o empirismo (metafísica realista). Nessa perspectiva, as essências objetivas e transcendentais são postas em dúvida, com a virada antropológica cartesiana, o “*eu penso, logo existo*”. A partir do cogito a realidade é compreendida em três dimensões: a res-cogitnas, res-extensa e res-infinita. Assim, a modernidade passou a ser uma disputa da consciência do indivíduo, gerando daí um movimento de síntese do conhecimento como autoprodução humana. Descartes, partindo do “*penso, logo existo*”, reconstrói um sistema coerente a partir da dúvida metódica. Nesse sentido, para Bergman:

A primeira grande ideia de Descartes foi: ‘*penso, logo existo*’. Descartes prova a realidade da mente primeiro que algo deve colocar tudo em dúvida, como sua famosa máxima institui: ‘*Penso, logo existo*’. Ele também institui que ‘*sou uma coisa pensante*’. Pensar é nossa essência e, dessa forma, nossa mente (razão) é distinta de nosso corpo (natureza). Isso é conhecido como dualismo cartesiano⁷.

A partir de Descartes emergem as problemáticas da consciência autônoma, que duvida e busca certezas em um mundo cuja ordem racional aparece questionável. Desde então, sobretudo no século XVII, a cultura europeia vive um processo contraditório, uma vez que, aos poucos, perde a confiança salvífica no medieval. Porém, ao mesmo tempo busca-se a autoafirmação do eu que se impõe como tal, descobridor, conquistador e empreendedor, desde o qual o dinamismo europeu começa a longa escalada em vista da busca de hegemonia mundial. Em tal contexto, emerge a proposta epistemológica moderna, na busca de afirmação da identidade individualista, contrapondo, assim, a ordem ontológica baseada no teísmo medieval. Portanto, Descartes é quem marca esse giro significativo da época moderna⁸.

O cogito cartesiano é um “eu solipsista” que demarca o nascimento da modernidade. Na modernidade, houve três desdobramentos da subjetividade como soberania do sujeito. O primeiro desdobramento deu-se com a afirmação de um eu transcendental (Kant), o segundo desdobramento deu-se com a superação do eu transcendental em um espírito absoluto (Hegel) e o terceiro desdobramento deu-se com a negação deste absoluto em um horizonte antropológico materialista, destacando os homens como sujeitos da história (Marx). Tais eventos do edifício arquitetônico do pensamento moderno serão referenciais fundantes para o pensar filosófico. A partir daí, cabe pensar uma subjetividade capaz de buscar a definição do homem em si mesmo, sua possibilidade de captar o real, organizá-lo em vista da sua práxis,

⁷ BERGMAN, Gregory. *Filosofia de Banheiro: sabedoria dos maiores pensadores mundiais para o dia-a-dia*. São Paulo: Madras, 2004, p. 42.

⁸ “a auto-suficiência do cogito, que tem nas ‘idéias claras e distintas’ garantia de sua certeza, é o princípio do fim da heteronomia da filosofia cristã, ainda que em última instância tenha de recorrer a Deus” ESTRADA, Juan A. *Deus nas Tradições Filosóficas: Da morte de Deus à crise do sujeito*. Vol. 2, São Paulo: Paulus, 2003, p. 80.

levando em conta esta reviravolta antropológica ocorrida na modernidade que, ainda hoje, traz efeitos para a vida humana, em suas amplas dimensões, como um processo do qual ainda não percebemos o alcance e a significação de tal empreendimento, longe de ser algo acabado e estático.

1.2 O homem moderno e emancipado

O ponto de partida do pensamento filosófico moderno e da modernidade inicia com Descartes, na mente autônoma do homem como fundamento, o juiz e o árbitro sobre a realidade. Com o *cogito*, se firma um novo estatuto ontológico do ser em si, repensando, também, as possibilidades antropológicas, ou seja, o critério de definir o que seja a verdade.

Em Kant, a modernidade toma ainda mais força, sobretudo na consciência de um sujeito pensante que concebe o mundo das coisas, que os capta através de sua capacidade cognitiva. Pergunta-se pela condição de possibilidade do conhecimento, ou seja, o que o sujeito pode conhecer a partir de suas categorias e da sua estrutura em si. Além disso, temos o desenvolvimento do primado da razão prática, que aponta para a práxis humana, na preocupação do agir e do como pautar com critérios racionalmente concebidos, a ação perante os demais humanos.

Kant elegeu a razão como o espaço da autonomia do indivíduo. “*Sapere aude*”⁹, emancipar-se é saber fazer uso público da razão, sem a tutela da heteronomia. Autonomia neste momento coincide com a análise e a compreensão do mundo, via racionalidade.

A partir deste momento histórico vão surgir os vários movimentos emancipatórios modernos, socialismo e revoluções, por exemplo, que operaram uma espécie de hermenêutica da razão subjetiva a partir de uma segunda ilustração, a emancipação dos sujeitos sociais e da razão prática.

Ser emancipado nesta etapa, entendida como segunda ilustração, não é só compreender o mundo racionalmente, mas transformá-lo, buscar empreender uma profunda mudança político e socialmente¹⁰.

⁹ Esclarecimento (*Aufklärung*) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento.⁹ KANT, Emmanuel. Resposta à pergunta: que é esclarecimento (*Aufklärung*)? In: _____. Textos Seletos. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 100. O texto foi escrito em 1783, seis anos antes da Revolução Francesa.

¹⁰ Marx, nas 11 teses desenvolvidas contra Feuerbach, expressa na XI, “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo” MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach, em anexo a A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 128.

No decorrer dos séculos XVIII, XIX, XX, a humanidade alcançou importantes avanços do ponto de vista dos direitos humanos, com as declarações de Virgínia (1776)¹¹ e, posteriormente da França (1789), conquistaram-se três direitos humanos fundamentais: os civis, os políticos e os sociais¹². São os chamados direitos de primeira dimensão. A partir daí se dá o auge da razão subjetiva, com base no racionalismo iluminista; na política, do ponto de vista social se dá o auge do Estado; na economia, há o fortalecimento do capitalismo fortalecendo o mercado. Desse movimento de emancipação há o fortalecimento da hegemonia da burguesia resultante das Revoluções Americanas (1776) e da Revolução Francesa (1779). Assim, os direitos individuais, civis e políticos surgiram no contexto da formação do Estado de direito¹³.

Neste contexto há a afirmação do capitalismo financeiro monopolista. Este modelo de capitalismo gerou a crise do Estado liberal, possibilitando o nascimento do Estado de bem-estar social, que ficou conhecido como social-democracia, isto é, a combinação de capital e trabalho. Nesse panorama surgem novas críticas e movimentos como: o socialismo, o anarquismo, as correntes reformistas, e mais tarde a Revolução Mexicana (1911), Revolução Russa (1917).

Diante de tudo isto, o projeto de emancipação moderna passou por turbulentos questionamentos e na reivindicação do reconhecimento da alteridade do outro, além de uma razão clara e distinta, de um “eu solipsista” que elabora o mundo que o circunda. O advento ao projeto de emancipação moderna levou o ser humano a reconhecer os direitos humanos como valor universal? Em tal embate, entre os ideais aspirados e os rumos em que a humanidade passou a trilhar, é que se dá a crise desse modelo de racionalidade iluminista que, obviamente, leva à crise da modernidade no seu conjunto. A crise do projeto moderno, que muitos têm caracterizado como crise de civilização, apresentou-se na crise da razão técnica ou instrumental. Infelizmente, as ciências e as técnicas, em geral, se alinharam de modo mais próximo ao poder do que da verdade. Por isso, estão em plena crise, que, além de ser de paradigmas, é uma crise ética e política.

¹¹ É a primeira que contém um catálogo específico de direitos do homem e do cidadão. Ao lado dela, deve-se colocar as declarações de outros Estados particulares. A filosofia que está na base dessas declarações tem um tom empirista e prático, procedente da filosofia de Locke, do jusnaturalismo protestante dos séculos XVII-XVIII e de Montesquieu no que se refere às estruturas do poder. Cf. BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

¹² Nesse sentido, “os direitos civis e políticos tornam-se finalmente independentes da religião professada; O Estado se torna realmente a casa comum de todos, porque, ao menos em teoria, respeita a consciência de todos” MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias. A era do Absolutismo II*. São Paulo: Loyola 2003, p. 278.

¹³ “O Estado moderno, centralizador e igualitário, nasce com o século XVIII, ainda que se afirme e se torne adulto somente com a Revolução Francesa”, Idem, p. 278.

A partir da modernidade surge a Escola de Frankfurt que realiza uma análise crítica acerca do seu desenvolvimento e alcance enquanto evento demarcador da história do desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, passamos a abordar o Esclarecimento [*Aufklärung*] entendido como o processo que ‘tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores’, e a racionalidade moderna que daí emerge na concepção crítica de Adorno e Horkheimer.

1.3 Esclarecimento e modernidade em Adorno e Horkheimer

Na obra ‘Dialética do Esclarecimento’ os pensadores afirmam: “o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores”¹⁴. Nessa perspectiva, compreendem o esclarecimento não como algo redutível¹⁵ aos empreendimentos realizados e conquistas tecnológicas alcançadas na modernidade. Esta categoria [Esclarecimento], em sua compreensão, não se refere estritamente ao século XVIII, portanto, oposta ao entendimento que o fixa como um evento demarcado na história. Em sendo assim, extrapola a compreensão de um determinado período, que possa ter matizes políticos, culturais em vista da emancipação, porém, caracteriza-se justamente em um viés de uma racionalidade em contínuo progresso que sempre visou se firmar, se emancipar das ameaças do outro, da natureza.

Ao fazerem uma releitura do desenvolvimento da razão a partir das origens *imemoriais da Aufklärung*, Adorno e Horkheimer, evidenciam que o núcleo central da fundamentação do esclarecimento, é “oriundo do medo ancestral do homem diante das ameaçadoras forças naturais”¹⁶. Mas, o conhecimento que impõe medo, temor e o estranhamento relativamente ao mundo ainda não potencializado pelo saber é que possibilita a constituição da consciência do sujeito mesmo que seja de forma rudimentar. Levando isso em conta, ao fazerem uma diagnose deste posicionamento, afirmam que: o mito já era esclarecimento, e o esclarecimento da racionalidade moderna acaba por reverter-se a uma

¹⁴ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985, p. 17. reimp. 2006 com nova paginação e capa.

¹⁵ Observe-se que “O termo é usado para designar o processo de “desencantamento do Mundo”, no qual as pessoas se libertam do medo de uma natureza desconhecida, à qual atribuem poderes ocultos para explicar seu desamparo em face dela. Por isso mesmo, o esclarecimento de que falam não é, como o iluminismo, ou a ilustração, um movimento filosófico ou uma época determinados, mas o processo pelo qual, ao longo da história, os homens se libertam das potências míticas da natureza, ou seja, o processo de racionalização que prossegue na filosofia e na ciência”. (ALMEIDA, Guido. Nota preliminar do tradutor. In: ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985, p. 7-8).

¹⁶ DUARTE, Rodrigo. *Adorno/Horkheimer & a Dialética do Esclarecimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 27.

nova mitologia. Isto é, na concepção de Adorno e Horkheimer, “o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores”¹⁷.

Na compreensão de que o mito já é entendido como conhecimento, que abarca em si os elementos centrais do processo de racionalização, esta questão aponta para a gênese, para suas origens. Nessa perspectiva, o que se configura como a origem que impulsiona os elementos centrais que compõe o esclarecimento desde os tempos mais imemoriais? Partindo desta questão, Adorno e Horkheimer afirmam que os principais mecanismos de defesa das civilizações míticas se reproduzem na relação dialética entre mito e esclarecimento desde os tempos mais longínquos das civilizações.

Entretanto, desde os períodos incipientes da história da civilização, os mitos não se limitavam a ser um relato e explicações sobre os fenômenos da natureza. Estes se configuravam como doutrina que trazia em si a capacidade persuasiva, aspecto fundamental na instrumentalização e na codificação da Aufklärung. Na compreensão mítica, o medo e o mal são as constelações da desmitologização e se caracterizam como meio de sobrevivência.

Cada passo foi um progresso, uma etapa do esclarecimento. Mas, enquanto as mudanças anteriores (do pré-animismo à magia, da cultura matriarcal à patriarcal, do politeísmo dos escravocratas à hierarquia católica) colocavam novas mitologias, ainda que esclarecidas, no lugar das antigas (o deus dos exércitos no lugar da Grande Mãe, a adoração do cordeiro no lugar do totem), toda forma de devotamento que se considerava objetiva, fundamentada na coisa, dissipava-se à luz da razão esclarecida¹⁸.

Conforme Adorno e Horkheimer, os mecanismos de poder, repressão e de manipulação já presentes nas explicações mitológicas continuam, de alguma forma, evidenciando a lógica de uma dominação perversa no período moderno. O ‘deus supremo’ passa a ser a humanidade na modernidade, o sujeito próprio, com suas capacidades de produzir, reproduzir, criar e recriar a realidade que o circunda, dando sentido a ela, passando a vigorar uma nova hierarquização, tomando os espaços que eram dos deuses.

A partir da Odisséia de Homero, Adorno e Horkheimer desenvolvem uma releitura reconstruindo a origem da proto-forma do indivíduo burguês da racionalidade moderna. Este protótipo de indivíduo trama uma mediação às normas da natureza para poder enfrentar os limites a eles impostos, em vista da sobrevivência. Isto é, a necessidade de reprimir e subjugar o medo e o seu ‘eu’ no limiar de sua existência. Frente a isso, cabe a seguinte questão: porque a natureza estabelece ao homem tanta resistência?

¹⁷ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985, p. 17.

¹⁸ *Idem*, p. 79.

Nessa compreensão, o sujeito ao instituir o processo de secularização começa a experimentar as intempéries da natureza a partir de uma racionalização violenta a si mesmo. Assim, Ulisses ao vencer os perigos e seduções que a natureza apresentava, acaba por constituir a sua própria subjetividade. Aqui a sua superioridade reside em usar a razão em vista de encontrar um meio eficaz para não sucumbir a sua luta pela autoconservação e difusão mútua entre mito e esclarecimento. A fragilidade humana, os limites frente o outro, o desconhecido se transforma, assim, em força para superar os limites impostos: “Todas as vezes que o eu voltou a experimentar historicamente semelhante enfraquecimento, ou que o modo de expor pressupôs semelhante fraqueza no leitor, a narrativa da vida resvalou novamente para a sucessão de aventuras”¹⁹.

Horkheimer, em “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, aponta que os resultados obtidos ao longo da história, variam, não são idênticos, no entanto, estão sob o domínio repressivo logicamente organizado e sucessivamente expropriado pelo sujeito cognoscente, que permanece amparado na racionalidade instrumental no período moderno. O sujeito fragilizado reproduz e unifica, dá formas à matéria dada pelos elementos pré-conceituais das informações reprimidas em sua consciência. Para Horkheimer

Os homens não são apenas um resultado da história em sua indumentária e apresentação, em sua figura e seu modo de sentir, mas também a maneira como vêem e ouvem é inseparável do processo de vida social tal como este se desenvolve através dos séculos. Os fatos que os sentidos nos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão perceptivo. Nem um nem outro são meramente naturais, mas informados pela atividade humana, sendo que o indivíduo se autopercebe, no momento da percepção, como perceptivo e passivo.²⁰

Na perspectiva exposta em Adorno e Horkheimer, o que prepondera é a hegemonia da racionalidade técnica instrumental. Este modelo de racionalidade está posta em função da dominação política e econômica. Logo, o homem moderno, na compreensão dos autores, está imerso em uma situação de escravidão, pois, o que predomina é a supremacia da razão instrumental. Dessa forma, fica explícito: “a aporia com que defrontamos em nosso trabalho revela-se assim, como o primeiro objeto a investigar: a autodestruição do esclarecimento”²¹.

As barbáries e horrores perpetrados contra a humanidade, sobretudo na modernidade são frutos deste espírito decadente, deste protótipo de racionalidade, não de uma perspectiva crítica. Como Adorno e Horkheimer identificam a crítica imanente à racionalidade moderna

¹⁹ Idem, p. 50.

²⁰ HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria crítica. Trad. Zeljko Loparic e Andréia Maria A. C. Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 125. (Os Pensadores).

²¹ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985, p. 13.

que se degenerou numa racionalidade desencantada que tem sua origem na independência no mito?

Frente ao predomínio da razão instrumental sobre a razão crítica, ocorre um retorno violento e unilateral das forças opressoras contra a humanidade. Dado esse panorama, Adorno e Horkheimer posicionam-se criticamente, tendo em vista o desenvolvimento de um pensamento filosófico de resistência à instrumentalização do conhecimento por meio da teoria tradicional de interpretação da realidade. Em vista de subsistir à hegemonia da ideologia do pensamento instrumental é necessária uma teoria crítica consistente comprometida e vinculada à realidade a ser transformada. Ao explicitar um pensamento filosófico comprometido com a alteridade e de uma consciência filosófica autêntica, é imprescindível uma racionalidade dialética do não-idêntico, que tem uma função de propiciar a crítica imanente. Nesse horizonte “o pensamento crítico do qual carecia a práxis transformadora”²², é para Adorno, o eixo articulador que se fecha à possibilidade de crítica. A pretensão adorniana é reestabelecer a potencialidade crítica do pensamento filosófico²³.

1.4 Crise da racionalidade instrumental moderna: barbárie e horrores

Para Bauman, “a modernidade viveu num estado de permanente guerra à tradição, legitimada pelo anseio de coletivizar o destino humano num plano mais alto e novo, que substituiu a velha ordem remanescente, já esfaldada, por uma nova e melhor”²⁴.

Na perspectiva do projeto de emancipação moderna, emerge a subjetividade centrada no eu-pensante, como autolibertação tanto em sentido de grupo como de classe. Porém, tal racionalidade, promotora de autoconsciência, chegou ao extremo da instrumentalização, modificando o “ethos” humano, numa vivência pragmaticamente concebida, a partir do endeusamento da ciência e da técnica em seu domínio sobre o outro – a natureza transformando, conseqüentemente, o ambiente vital do homem.

²² ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 11.

²³ Enquanto o conhecimento da racionalidade científico-instrumental impõe a força pelas normas estratégico-finalistas a todos os objetos, a arte aspira, por si, a sua identidade, com conceitos não definidos que possibilitam uma reflexão crítica. O conteúdo da arte não está totalmente exposto na obra, permitindo, com isso, que ela seja interpretada de forma espontânea. A arte é a aceitação do não idêntico, do desprendimento filosófico da Dialética Negativa, que preserva o lugar do oposto como “lugar do outros”. O sujeito se depara, olha e queda estupefato, mas também abismado, incapaz de compreender o que ela quer realmente dizer, pois fala uma linguagem que não é a da racionalidade hegemônica. Ao buscar compreender a obra de arte, é possível identificar uma racionalidade crítica, não-idêntica à racionalidade instrumental. Para uma compreensão adequada acerca deste tema: PERIUS, Oneide. *Esclarecimento e Dialética Negativa: Sobre a negatividade do conceito em Theodor W. Adorno*. Passo Fundo: Ifibe, 2008.

²⁴ BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 26.

Com o processo de racionalização, a industrialização, a ciência e a técnica tornaram-se fatores determinantes. Tal eficácia da razão instrumental, numa sociedade tecnificada, em que a ciência e a técnica parecem ser as únicas vias de acesso à libertação humana, tem revelado à humanidade efeitos assustadores ao labirinto escuro da ação humana, fria e calculista, para alcançar determinados fins pré-estabelecidos, fazendo surgir novas desumanidades, apontando para a crise tanto da sobrevivência, como para uma espécie de caos coletivo²⁵.

A modernidade desencadeou o processo de barbárie civilizada e na produção deliberada de aniquilação e de sofrimentos humanos. Para Michael Löwy, “nenhum século na história conheceu manifestações de barbárie tão extensas, tão massivas e tão sistemáticas quanto o século XX. Certamente, a história humana é rica em atos bárbaros, cometidos tanto pelas nações “civilizadas” quanto pelas tribos “selvagens”²⁶.

Frente ao exposto, desenvolveremos algumas considerações finais na perspectiva abordada. Em primeiro lugar, fica evidenciada a importância do processo no qual emerge a racionalidade moderna, entendida como possibilidade de emancipação, avanço científico e tecnológico na sociedade e um inegável progresso científico, com mudanças profundas seja em nível social, cultural, político e econômico, sobretudo, na afirmação dos interesses da burguesia que se firma no decorrer deste processo. No entanto, na perspectiva da Teoria Crítica, emerge inevitavelmente alguns questionamentos acerca de todo esse processo desencadeado, de avanços tecnológicos, fundados em uma racionalidade instrumentalizada [instrumento de cálculo e dominação] que visou o progressivo domínio do outro, da natureza, que Adorno e Horkheimer apontam no início da ‘Dialética do Esclarecimento’ como ‘calamidade triunfal’. Os resultados desse processo são novas atrocidades contra a

²⁵ Conforme Bauman, “A modernidade produziu e continua a produzir enormes quantidades de lixo humano”. A produção se dá em dois ramos da indústria moderna. “A função manifesta do primeiro deles era a produção e reprodução da ordem social. Todo modelo de ordem é seletivo e exige que se cortem, aparem, se agreguem, separem ou extirpem as partes da matéria-prima humana que sejam inadequadas para a nova ordem, incapazes ou desprezadas para o preenchimento de qualquer de seus nichos. Na outra ponta do processo de construção da ordem, essas partes emergem como “lixo”, distintas do produto pretendido, considerado útil. O segundo ramo (...) era o progresso econômico, o qual, por sua vez, exige a incapacitação, o desmantelamento e a aniquilação final de certo número de formas e meios de os seres humanos ganharem a vida (...) eles são, por esse motivo, o lixo do progresso econômico”. BAUMAN, Zygmunt, *O Amor Líquido: sobre a fragilidade das relações humanas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 148.

²⁶ Em “Barbárie e modernidade no século XX”, “Auschwitz representa a modernidade não somente pela sua estrutura de fábrica de morte, cientificamente organizada e que utiliza as técnicas mais eficazes. Ele é, deste ponto de vista, um dos possíveis resultados do processo civilizador como racionalização e centralização da violência e como produção social da indiferença moral. “Como toda outra ação conduzida de maneira moderna – racional, planificada, cientificamente informada, gerida de forma eficaz e coordenada – o Holocausto deixou para trás todos seus pretensos equivalentes pré-modernos, revelando-os em comparação como primitivos, esbanjadores e ineficazes. (...) Ele se eleva muito acima dos episódios de genocídio do passado, da mesma forma que a fábrica industrial moderna está bem acima da oficina artesanal”. Bauman, *apud*, Löwy. In: LOWY, Michael. *Barbárie e modernidade no século XX*. In: www.sociologos.org/textos/artigo. Acessado em 05 de maio de 2012.

humanidade mesma, guerras, os campos de concentração e extermínio, em estruturas que desumanizam e dominam o ser humano.

O esclarecimento moderno ao visar o progresso da ciência e o desenvolvimento tecnológico está estritamente ligado a um sistema sociopolítico que tem seu alicerce na ‘autodestruição do esclarecimento’, sob a tutela de uma ideologia dominante e opressora. Nessa perspectiva, as formas de poder, a repressão e a manipulação presentes desde as tradições mitológicas persistem, reproduzindo a lógica de uma dominação perversa na modernidade. Ou seja, o mito já continha em si os mecanismos de domínio e poder, de extirpar o medo, de explicar o diferente, o outro em sua constituição.

Adorno e Horkheimer afirmam como tese central que: “*o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia*”, - para expor a centralidade da Teoria Crítica, qual seja: o caráter crítico do pensamento perante a racionalidade instrumental e a efetiva aplicação do progresso tecnológico apontou para novas catástrofes. Portanto, na compreensão dos pensadores o esclarecimento não pode ser entendido como um evento restrito ao século XVIII, enquanto movimento intelectual de uma determinada sociedade. Isto é, há um estreito entrelaçamento entre mito e esclarecimento que se identifica no medo, na permanente angústia frente o outro, no permanente impulso de progresso e domínio da natureza.

Enfim, Adorno e Horkheimer tecem uma crítica contundente à racionalidade instrumentalizada, que cristalizou o pensamento crítico e o encapsulou a partir de uma compreensão que tem por referência uma racionalidade abstrata, que desencadeou eventos como, por exemplo, Auschwitz²⁷, que precisa ser entendido como resultado da aplicabilidade deste protótipo de racionalidade instrumental, que aponta para o processo de desencantamento do mundo onde os sujeitos estão submetidos a ideologias dominantes que torna evidente o quanto o esclarecimento traz em si um caráter avassalador e dominante. Frente a isso ficam os seguintes questionamentos: Será que com as guerras, o holocausto, Auschwitz, o ser humano captou a significação e o alcance destes eventos na história? Será que estamos livres das barbáries perpetradas contra a humanidade?

²⁷ Para Reyes Mate, “do sofrimento se pode falar de muitos modos e maneiras, mas existe uma experiência específica na Europa e no século XX, onde o sofrimento adquiriu uma significação epocal por sua radicalidade e implicações políticas, morais ou científicas, experiência que designamos com um nome de um lugar, Auschwitz”. MATE, Reyes. *Memórias de Auschwitz: Atualidade Política*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2005, p. 172.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Trad: Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- ARANHA, Maria L. de Arruda, & MARTINS, Maria Helena Pires, *FILOSOFANDO: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt, *O Amor Líquido: sobre a fragilidade das relações humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BERGMAN, Gregory. *Filosofia de Banheiro: sabedoria dos maiores pensadores mundiais para o dia-a-dia*. São Paulo: Madras, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BURNS, Edward M. *História da Civilização Ocidental*. Trad. Lourival Gomes Machado & Lourdes Santos Machado, Leonel Vallandro. 2 ed. Globo: Porto Alegre, 1970.
- CORVISIER, André. *História Moderna*. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1980.
- DUARTE, Rodrigo. *Adorno/Horkheimer & a Dialética do Esclarecimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- ESTRADA, Juan A. *Deus nas Tradições Filosóficas: Da morte de Deus à crise do sujeito*. Vol. 2, São Paulo: Paulus, 2003.
- FALCON, J. C. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria Tradicional e Teoria crítica*. Trad. Zeljko Loparic e Andréia Maria A. C. Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KANT, Emmanuel. *Resposta à pergunta: que é esclarecimento (Aufklärung)?* In: _____. **Textos Seletos**. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974.
- LOWY, Michael. *Barbárie e modernidade no século XX*. Disponível em: [<http://sociologos.org/textos/artigo>]. Acessado em 05 de maio de 2012.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias*. A era do Absolutismo II. São Paulo: Loyola, 2003.
- MATE, Reyes. *Memórias de Auschwitz: Atualidade Política*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2005.
- MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*, em anexo a *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PERIUS, Oneide. *Esclarecimento e Dialética Negativa: Sobre a negatividade do conceito em Theodor W. Adorno*. Passo Fundo: Ifibe, 2008.
- VAZ, Henrique C. de Lima. *Raízes da modernidade*. Escritos de filosofia. V. VII, São Paulo: Loyola, 2002.